

Sanção por Dentro:

Quando a Crise Institucional do Brasil Transborda para o Sistema Financeiro

As sanções financeiras sempre pareceram um instrumento reservado a regimes autoritários distantes ou a inimigos declarados do Ocidente. Mas o Brasil começa a perceber que não é preciso sair da ordem liberal para ser tratado como risco. Basta comprometer, de forma persistente, os pilares que sustentam a previsibilidade institucional: liberdade política, estabilidade jurídica e respeito ao devido processo legal. A crise já não cabe mais dentro do país. Ela transbordou. E começa a gerar reações fora dele.

O que antes era lido como ruído doméstico agora começa a ser interpretado por analistas estrangeiros como risco sistêmico. O caso Bolsonaro, pela sua dimensão simbólica e política, evidenciou uma ruptura institucional que muitos fingiram não ver. A repercussão internacional não parte de juízo de valor ideológico, mas de um critério pragmático: quando as regras deixam de valer igualmente, a segurança jurídica se esvai. E isso gera desconfiança. Não apenas política, mas financeira.

A simples menção, feita por fontes do próprio governo, de que o Brasil monitora o risco de exclusão do sistema Swift mostra que o alerta já entrou no radar institucional. Não se trata de exagero retórico. Trata-se da constatação de que a deterioração da confiança externa chegou a um ponto sensível. O Swift não é uma ferramenta neutra. É um instrumento geopolítico. E sua eventual utilização contra o Brasil sinalizaria, de forma inequívoca, que o país passou a ser tratado como território instável.

A resposta oficial, até aqui, tem sido o silêncio ou a ambiguidade. Em vez de reagir com clareza e autoridade, o governo se limita a reconhecer que “nada pode ser descartado”. Essa linguagem vaga não transmite prudência, mas fraqueza. É nesse vácuo que surgem outros atores. Eduardo Bolsonaro, ao levantar publicamente nos Estados Unidos a hipótese de sanções com base na Lei Magnitsky, insere o Brasil no centro de uma discussão que o Itamaraty tenta evitar. Eduardo vocaliza, com acesso direto aos bastidores do trumpismo, que a crise brasileira não é apenas interna. É uma questão de imagem global.

E imagem, para o sistema financeiro, não é detalhe. Nenhum banco quer operar onde a regra muda conforme o réu. Nenhum fundo aceita correr riscos institucionais camuflados por estabilidade aparente. Nenhum país deseja se associar, por inércia diplomática, a um governo cuja legitimidade é questionada por seus próprios atos.

O risco, agora, não é mais ser vítima de sanção. É ser cúmplice de um colapso anunciado. O sistema político brasileiro ainda parece acreditar que pode administrar a crise com narrativa e controle de danos. Mas lá fora, o julgamento já começou. E os fatos falam mais alto do que qualquer discurso.

- A instabilidade política e jurídica no Brasil começa a ser vista como risco sistêmico por analistas internacionais, afetando a confiança financeira.
- A possibilidade de sanções e exclusão do sistema Swift evidencia a gravidade da percepção externa sobre a deterioração institucional brasileira.
- A ausência de respostas claras do governo, somada a declarações de figuras como Eduardo Bolsonaro nos EUA, amplifica a percepção global de instabilidade.

